



A AGRICULTURA FAMILIAR NOS DADOS DO CENSO AGROPECUÁRIO 2017: UMA ANÁLISE COMPARATIVA DO SEU “TAMANHO” E PERFIL ENTRE OS TRÊS ESTADOS DO SUL

THE FAMILY FARMING IN THE DATA OF THE AGRICULTURAL CENSUS 2017: A COMPARATIVE ANALYSIS OF ITS “SIZE” AND PROFILE AMONG THE THREE SOUTHERN STATES

LA AGRICULTURA FAMILIAR EN LOS DATOS DEL CENSO AGRÍCOLA 2017: UN ANÁLISIS COMPARATIVO DE SU “TAMAÑO” Y PERFIL EN LOS TRES ESTADOS DEL SUR

Alexandre da Silva¹

Marcio Gazolla²

Nadja Simone Menezes Nery de Oliveira³

RESUMO

O objetivo deste trabalho é analisar indicadores da agricultura familiar (AF) no Censo Agropecuário 2017 na Região Sul, desenvolvendo uma comparação do ‘tamanho’ e perfil da mesma entre os três estados e entre os grupos dos agricultores familiares presentes nas estatísticas censitárias [grupos V (AF-V), B (AF-B) e não Pronafianos (AF-NP)]. Metodologicamente, o trabalho se ancora nos dados quantitativos do Censo Agropecuário de 2017, sobre a agricultura familiar, retirados do Sistema Automático de Recuperação de Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (SIDRA/IBGE), analisando-se quatorze (14) indicadores censitários. Os resultados demonstram que a AF sulina é expressiva em relação a nacional. Os AFs sulinos são predominantemente homens, brancos, de meia idade a avançada e possuem baixa escolaridade. A AF da Região Sul também apresenta um perfil mais mercantilizado em relação a nacional, pois busca mais Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), crédito e comercializar sua produção em circuitos mercantis. Entre os três estados que compõe a Região Sul, os resultados são similares em termos de dinâmicas da AF, ficando a grande diferenciação entre os grupos de AFs, em que se tem, de um lado, várias vulnerabilidades socioeconômicas e produtivas dos AFs pobres (grupo B) e, de outro, indicadores censitários mais desenvolvidos dos dois outros grupos (V e NP).

Palavras-chave: Agricultura familiar. Censo agropecuário 2017. Região Sul. Desenvolvimento rural e regional.

¹Mestre em Extensão Rural. Docente do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul, doutorando em Desenvolvimento Regional pela Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Pato Branco, Paraná, Brasil. E-mail: alexandre.silva@bento.ifrs.edu.br ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3410-7669>

²Doutor em Desenvolvimento Rural. Docente do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Pato Branco, Paraná, Brasil. E-mail: marciogazolla1@gmail.com ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4807-6683>

³Doutora em Desenvolvimento Regional e Agronegócio. Docente do Departamento de Economia da Universidad del Valle. Cali, Valle del Cauca, Colômbia. E-mail: nadja.menezes@correounivalle.edu.co ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5374-7261>

ABSTRACT

The objective of this work is to analyze indicators of family farming (FA) in the 2017 Agricultural Census in the South Region, developing a comparison of its 'size' and profile between the three states and between the groups of family farmers present in the census statistics [groups V (AF-V), B (AF-B) and non-Pronafian (AF-NP)]. Methodologically, the work is based on quantitative data from the 2017 Agricultural Census on family farming, taken from the Automatic Data Recovery System of the Brazilian Institute of Geography and Statistics, analyzing fourteen (14) census indicators. The results demonstrate that southern AF is expressive in relation to the national one. Southern AFs are predominantly white, middle-aged to advanced men and have a low level of education. The AF in the South Region also presents a more commercialized profile in relation to the national one, as it seeks more Technical Assistance and Rural Extension (ATER), credit and commercialize its production in commercial circuits. Among the three states that make up the Southern Region, the results are similar in terms of the dynamics of the AF, with a great difference between the groups of AFs, in which there are, on the one hand, several socioeconomic and productive vulnerabilities of poor households (group B) and, on the other, more developed census indicators of the two other groups (V and NP).

Keywords: Family farming. Agricultural Census 2017. Southern Region. Rural and regional development.

RESUMEN

El objetivo de este trabajo es analizar los indicadores de la agricultura familiar (AF) en el Censo Agropecuario 2017 de la Región Sur, desarrollando una comparación de su 'tamaño' y perfil entre los tres departamentos y entre los grupos de agricultores familiares presentes en el Censo estadística [grupos V (AF-V), B (AF-B) y no Pronafiano (AF-NP)]. Metodológicamente, el trabajo se basa en datos cuantitativos del Censo Agropecuario de Agricultura Familiar 2017, extraído del Sistema de Recuperación Automática de Datos del Instituto Brasileño de Geografía y Estadística (SIDRA/IBGE), analizando catorce (14) indicadores censales. Los resultados demuestran que la AF del Sur es expresiva en relación con la nacional. Los AF del sur son predominantemente hombres blancos, de mediana edad a avanzados y tienen un bajo nivel de educación. La AF en la Región Sur también presenta un perfil más comercializado con relación al nacional, ya que busca más Asistencia Técnica y Extensión Rural (ATER), crédito y comercializar su producción en circuitos comerciales. Entre los tres departamentos que conforman la Región Sur, los resultados son similares en cuanto a la dinámica de las AF, con una gran diferencia entre los grupos de AFs, en los que existen, por un lado, diversas vulnerabilidades socioeconómicas y productivas de los AFs pobres (grupo B) y, por otro, indicadores censales más desarrollados de los otros dos grupos (V y NP).

Palavras clave: Agricultura familiar. Censo Agropecuario 2017. Región Sur. Desarrollo rural y regional.

Como citar este artigo: SILVA, Alexandre da ; GAZOLLA, Marcio; OLIVEIRA, Nadja Simone Menezes Nery de. A agricultura familiar nos dados do Censo Agropecuário 2017: uma análise comparativa do seu “tamanho” e perfil entre os três estados do Sul. **DRd - Desenvolvimento Regional em debate**, v. 12, ed. esp. (Dossiê), p. 7-37, 11 fev. 2022. DOI: <https://doi.org/10.24302/drd.v12ied.Esp.Dossie.3904>

Artigo recebido em: 30/08/2021

Artigo aprovado em: 15/12/2021

Artigo publicado em: 11/02/2022

1 INTRODUÇÃO

É inegável que a agricultura familiar (AF) desempenha um papel fundamental no desenvolvimento socioeconômico e do bem-estar em diversas regiões ao redor do mundo. Com aproximadamente 570 milhões de unidades de produção em todo o planeta, mais de 90% são familiares. Essas unidades familiares operam cerca de 75% das terras agrícolas em nível global e são responsáveis por cerca de 80% dos alimentos do mundo em termos de valor. É a forma social e de produção predominante na Região da Ásia e do Pacífico, concentrando aproximadamente 60% da agricultura familiar mundial. É também responsável por 97% das explorações agrícolas na Europa e Ásia Central; na África Subsaariana a agricultura familiar é apontada como detentora do papel estratégico na transformação agrária e no desenvolvimento da Região; no Oriente Médio e Norte da África representa a resistência em termos de luta contra desnutrição, pobreza e desigualdade. Na América Latina e Caribe, é amplamente representativa tanto em termos de ocupação de área, como em geração de empregos e renda no meio rural, mas também responde por uma parcela significativa do abastecimento alimentar, especialmente em nível local e regional (FAO, 2014; SABOURIN et. al., 2015; LOWDER, SKOET e RANEY, 2016; SCHNEIDER, 2016; LOWDER, SÁNCHEZ e BERTINI, 2021).

Para o Brasil, a agricultura familiar demonstra sua importância através dos chamados ‘macro dados agropecuários’. De acordo com dados do IBGE (2019a): a) aproximadamente 3,9 milhões de estabelecimentos atendem aos critérios de classificação como agricultura familiar, o que representa 77% dos estabelecimentos agropecuários brasileiros; b) além disso, ocupam uma área de 81 milhões de hectares, constituindo 23% da área total dos estabelecimentos agropecuários nacionais; c) sua importância social se destaca pelo fato de empregar 10,1 milhões de pessoas, o que equivale a 67% do total de trabalhadores ocupados na agricultura brasileira; e, por fim, d) a agricultura familiar é responsável por 23% do valor total da produção dos estabelecimentos agropecuários brasileiros, o que equivale a R\$ 107 bilhões.

Na Região Sul do Brasil, também demonstra seu potencial para os processos de desenvolvimento regional. Com aproximadamente 853 mil estabelecimentos agropecuários, em torno de 666 mil (aproximadamente 78%) se enquadram como sendo da agricultura familiar e esses estabelecimentos ocupam em torno de 27% de toda a área voltada para a agricultura na Região. Além disso, a agricultura familiar sul-brasileira abrange 69,05% do pessoal ocupado

em estabelecimentos agropecuários da Região, bem como é responsável por cerca de 36% do valor bruto da produção agropecuária, algo em torno de R\$ 43 bilhões (IBGE, 2019a).

Schneider (2003) argumenta que esta agricultura familiar se caracteriza por possuir, enquanto principal estratégia de desenvolvimento regional, a utilização da força de trabalho dos membros da família nas suas atividades, sejam elas de produção, comercialização ou transformação dos alimentos; assentando-se em relações de parentesco, consanguíneas e de herança, que imprimem processos próprios de gestão e trabalho as ações do grupo familiar. Este grupo doméstico, cria relações de trabalho no tempo e espaço local, que o articulam com o ambiente econômico e social do entorno, seja ele rural ou urbano, por exemplo, no caso da participação de membros em atividades não agrícolas ou mesmo no caso do abastecimento alimentar das cidades por canais de comercialização locais/regionais.

Ploeg (2008) enfatiza que os agricultores familiares se relacionam com o seu contexto social e econômico de uma forma única, fato que os forja como uma categoria social capaz de realizar o que o autor chama de coprodução com a natureza de forma a preocupar-se com a sustentabilidade humana e ambiental ao longo do tempo. Para Ploeg (2008), a capacidade de produção de múltiplos alimentos e produtos e a diversificação não agrícola e rural dos agricultores familiares são estratégias importantes do seu desenvolvimento e para sua região. O traço distintivo da agricultura familiar seria a busca incessante por autonomia, seja na produção, comercialização, gestão, agregação de valor e frente aos mercados corporativos mundiais, em que os camponeses seriam a principal alternativa de abastecimento alimentar saudável da população mundial.

Dado esse contexto em que a agricultura familiar se mostra como ator social importante aos processos de desenvolvimento nas suas respectivas regiões, o objetivo deste trabalho é analisar indicadores da agricultura familiar no Censo Agropecuário 2017⁴ na Região Sul, desenvolvendo uma comparação do ‘tamanho’ e perfil da mesma entre os três estados e entre os grupos dos agricultores familiares presentes nas estatísticas censitárias [grupos V (AF-V), B (AF-B) e não Pronafianos (AF-NP)]. Metodologicamente, o trabalho se ancora nos dados quantitativos do Censo Agropecuário de 2017 (IBGE, 2019a) sobre a agricultura familiar, retirados do Sistema Automático de Recuperação de Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (SIDRA/IBGE).

Para tanto, além deste tópico e das considerações finais, o trabalho revisa a literatura construindo uma relação entre agricultura familiar e desenvolvimento regional; em seguida, detalha metodologicamente seu caminho de pesquisa; por fim, analisa e discute quatorze (14) indicadores da agricultura familiar, evidenciando seu ‘tamanho’ e perfil no Sul do país.

⁴ O Censo Agropecuário investiga informações sobre os estabelecimentos e as atividades agropecuárias neles desenvolvidas, abrangendo características do produtor e do estabelecimento, economia e emprego no meio rural, pecuária, lavoura e agroindústria. Tem como unidade de coleta toda unidade de produção dedicada, total ou parcialmente, a atividades agropecuárias, florestais ou aquícolas, subordinada a uma única administração (produtor ou administrador), independentemente de seu tamanho, de sua forma jurídica ou de sua localização, com o objetivo de produção para subsistência ou para venda (IBGE, 2019b).

2 AS RELAÇÕES ENTRE A AGRICULTURA FAMILIAR E O DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Esta seção visa apresentar uma breve abordagem conceitual da agricultura familiar e discutir alguns aspectos em torno dos papéis que esta forma social familiar de trabalho e produção cumpre nos processos de desenvolvimento regional. Dessa forma, a agricultura familiar se mostra como uma categoria social que se encontra rotineiramente nas paisagens e na realidade rural da Região Sul. Tal Região estabeleceu uma espécie de divisão espacial entre as grandes propriedades, geralmente estabelecidas nas chamadas regiões “de campo” e as comunidades camponesas nas regiões serranas com unidades de produção de base familiar de imigrantes europeus (SWAIN, 1988; RAMBO; TARSITANO; LAFORGA, 2016). Swain (1988) ressalta que o imigrante fora acolhido como fator de estabilização para o desenvolvimento das cidades, ocupação do território e aumento das culturas alimentares, ainda insuficientes para satisfazer à demanda. Nesse contexto, a pequena propriedade nestes três estados apresenta, características diversas e próprias a cada um, no entanto, a presença significativa delas em escala familiar, salienta a importância deste grupo social e sua forma de produção na formação histórica regional.

Stoffel (2012) aponta que, durante a modernização da agricultura, se observou nas propriedades familiares uma prosperidade inicial seguida por uma estagnação para a qual contribuíram a necessidade de busca de novas terras dentro dos estados em virtude do tamanho das famílias que demandavam mais áreas para reproduzirem-se. Nessa nova realidade, as ondas migratórias ocorreram internamente ao território, tendo em conta que houve o avanço em direção às matas virgens que, ao serem derrubadas, convertiam-se em novas lavouras. Para a autora, desde a entrada dos imigrantes europeus até o início de tais tempos, as práticas culturais dos produtores familiares eram diversificadas, sendo comum ‘produzir tudo’ dentro da unidade, principalmente os itens alimentícios e havia relativa subordinação destes produtores aos comerciantes locais/comunitários ou os excedentes poderiam ser vendidos para regiões nas quais houvesse demanda e condições de aquisição destes bens.

Segundo Schneider (2003) a pluriatividade como estratégia de reprodução é uma característica histórica e marcante da AF, tendo em vista que parte significativa das unidades familiares não desempenham mais exclusivamente atividades agrícolas, pois as famílias ampliam o orçamento doméstico por meio de atividades realizadas fora da unidade de produção. Estas são unidades que diversificaram suas fontes de renda e os membros exercem várias outras atividades, algumas inclusive nos espaços urbanos. Se em outras épocas os agricultores recorriam esporadicamente aos trabalhos não agrícolas, visando complementar as receitas, atualmente este fenômeno é permanente e estrutural, representando muito mais do que uma mera suplementação de renda. A agricultura familiar é uma forma social de produção e trabalho rural, mas que contribui também com seus esforços laborais em outras atividades produtivas e econômicas importantes ao desenvolvimento regional.

Ploeg (2013) também enfatiza o fato de a família ter o controle dos recursos em nível de unidade e aponta como um fator primordial para geração de conhecimentos e combinação de recursos. Segundo o autor, a unidade de produção é um local de trabalho autônomo e de desenvolvimento para a família, criando uma conexão entre seus membros e a unidade produtiva, formando uma conjunção única a essa forma de produção. Entretanto, como

propulsora de desenvolvimento, há mais do que unidade produtiva e trabalho e a AF proporciona aos seus membros uma parte (ou a totalidade) de sua renda e alimentação, ligando passado, presente e futuro a partir das experiências de cultivos e, também, de preparo de alimentos. Tais fatos evidenciam ser a AF uma forma social de cultura aplicada e preservada que faz parte de uma economia e paisagem rurais mais amplas, porém, em consonância com sua inserção local.

Neste grupo social se encontra a resistência às ameaças consideráveis para a soberania e segurança alimentar dos próprios membros do grupo a partir da produção para autoconsumo, mas também, de outro lado, abastecem milhões de consumidores, especialmente urbanos. Apesar de uma parte da agricultura camponesa também ser submetida à lógica dos impérios agroalimentares, ao mesmo tempo, a agricultura familiar, representa uma resistência às pressões impostas pelo mundo corporativo e os alimentos industrializados. Neste contexto, a AF possui papel decisivo na oferta agrícola e no abastecimento alimentar das sociedades contemporâneas, cada vez mais urbanizadas e desconexas da natureza e dos alimentos saudáveis (PLOEG, 2008; PLOEG, 2016).

Já Abramovay (2000) desenvolve a relação entre a agricultura familiar e o desenvolvimento territorial. Segundo o autor, a partir da existência, em determinada região, de um conjunto diversificado da economia, mas ao mesmo tempo com um forte grau de interação de unidades familiares (gestão, propriedade e o essencial do trabalho vêm da família) os ingredientes do desenvolvimento são potencializados. Mais importante que vantagens competitivas dadas por atributos naturais, de localização ou setoriais é o fenômeno da proximidade social, que permite uma forma de coordenação entre os atores capaz de valorizar o conjunto do ambiente em que atuam e, portanto, de convertê-lo em base para empreendimentos inovadores a partir da produção familiar. Entretanto, um aspecto importante ao dinamismo dado pela agricultura familiar está no fato desta não ser apenas um modo de vida, mas que incorpora avanços técnicos, bem como pauta e responde a políticas públicas se integrando aos mercados e se transformando numa forma de trabalho que é predominante em muitos territórios (ABRAMOVAY, 2012).

Pereira Silva (2015) complementa quando analisa a relação entre agricultura familiar e dinâmicas territoriais de maior escala. O autor reforça uma dimensão essencial da relação entre agricultura familiar e território, que é seu caráter intersetorial, embora a agricultura permaneça como o setor econômico mais relevante. Esse caráter intersetorial também não se resume apenas aos setores produtivos, pois, enquanto unidades familiares, elas demandam uma série de serviços públicos e privados, que faz com que a própria reprodução social da agricultura familiar gere uma série de oportunidades para a dinamização do ambiente econômico local. O padrão de crescimento urbano pode tornar-se um trunfo para a revitalização dos espaços rurais, especialmente para as unidades familiares que terão tanto mais sucesso quanto mais importantes forem as oportunidades de intensificação de suas ligações dinâmicas e diversificadas com as cidades próximas (ABRAMOVAY, 1999).

Tal cenário se reforça ainda mais quando se analisa a produção e fornecimento de alimentos pela AF. Nesse contexto, a AF da Região Sul é responsável por mais de 14% da produção de hortaliças no país. Apenas citando alguns outros alimentos e produtos, para fins de exemplificar: em relação às lavouras temporárias, a AF sulina é responsável por mais de 60% da produção nacional de batata inglesa, feijão preto, cebola, fumo, soja e trigo; e detém mais de 15% da produção nacional de bovinos, suínos e aves (IBGE, 2019a). Além disso, é na AF que

estão presentes a maioria das agroindústrias rurais Sul-brasileiras, que beneficiam predominantemente alimentos e produtos típicos da gastronomia e culinária regionais, como panificados, doces e geleias, derivados de leite, embutidos e queijos (SILVA; GAZOLLA, 2021).

Na mesma direção, as pesquisas de Guilhoto et al (2007) e Guilhoto, Azzoni e Ichihara (2014) demonstram a potencialização produtiva de fibras, produtos agropecuários e matérias primas oriundas da agricultura familiar e o impacto nas economias regionais nas quais se inserem. Tais estudos demonstram a grande porção das economias embasadas no setor rural (PIB agropecuário), com destaque para a AF que, mesmo sob adversidades, como insuficiência de terras e capital, dificuldades no financiamento, baixa disponibilidade tecnológica e fragilidade da assistência técnica, o peso da agricultura familiar nas regiões e para a geração de riqueza do país é representativo e mantém sua força.

Schneider, Marques e Conterato (2016) fundamentam que em contextos nos quais a agricultura familiar tem participação ativa no tecido social e na dinâmica econômica, a pluralidade de inserções em mercados e as articulações sociopolíticas que os distintos atores efetivam, formam um elemento importante para os processos de desenvolvimento. Por sua vez, Valadares et al (2020) demonstram as ameaças de desabastecimento alimentar frente a um contexto de pandemia, dando força à categoria da AF, grande responsável pela produção de alimentos no país e, especialmente, nos municípios de menor porte, devido a dinamização dos fluxos nos mercados de alimentos locais e sua menor dependência logística e de agentes intermediários.

Essa participação na dinâmica econômica regional propiciado pela agricultura familiar fomenta mercados de proximidade social e espacial; as chamadas cadeias curtas agroalimentares que resgatam uma dimensão central das economias de proximidade e escopo oriundas da interação entre espaço e atividade econômica. Além disso, garantem fornecimento de alimentos mais saudáveis e nutritivos a partir de uma proximidade com o consumidor através de agroindústrias rurais, feiras, produção orgânica, artesanal e outras formas alternativas de conformação de redes agroalimentares (SCHNEIDER; GAZOLLA, 2017).

Outro elemento importante a economia dos territórios é a canalização de recursos oriundos de diversas políticas públicas voltadas à agricultura familiar. É notória a diversidade de instrumentos de política pública que injetam recursos nas regiões em que a AF é predominante, dentre outros, pode-se citar o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), aposentadorias e pensões, Bolsa Família, os mercados institucionais (Programa de Aquisição de Alimentos – PAA e de Alimentação Escolar – PNAE), Territórios Rurais (PRONAT) e da Cidadania (PTC). Estes recursos agem tanto na melhoria das condições de vida dos AFs, como promovem e induzem dinâmicas de desenvolvimento nos territórios. O reconhecimento institucional da agricultura familiar acaba por amplificar recursos financeiros nacionais canalizados às regiões, dinamizando social e economicamente os locais (GRISA; SCHNEIDER, 2015).

Os agricultores familiares também atuam como um dos elementos-chave para consecução dos objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS). Especificamente, os AF são fundamentais para acabar com a fome, especialmente junto as populações mais vulneráveis. A AF predomina nos mercados locais e domésticos onde seus produtos alimentam as populações rurais e urbanas (pobres), enquanto as fazendas de larga escala predominam nos mercados de

exportação, o que é mais importante para os números do comércio e do produto interno bruto, mas não contribui em termos de fornecimento de alimentos para aqueles vulneráveis à insegurança alimentar e desnutrição (FAO/IFAD, 2019). É igualmente importante reconhecer o papel dos AFs na: a) promoção de nutrição saudável e manutenção da diversidade nutricional; b) priorizam sistemas sustentáveis de produção de alimentos e são reconhecidos como guardiões da terra e dos recursos naturais; c) mantém a biodiversidade agrícola e dos sistemas de produção de alimentos (UNDP, 2021).

3 METODOLOGIA: AS POSSIBILIDADES DE ANÁLISE DE INDICADORES DA AGRICULTURA FAMILIAR NO CENSO AGROPECUÁRIO DE 2017

O trabalho desenvolvido se enquadra como uma pesquisa descritiva, pois procura conhecer uma determinada realidade e suas características partindo de observações, registros e análise de dados sem a manipulação direta (STAKE, 2011; ZANELLA, 2013). Para tal, faz uso da estatística descritiva e se operacionaliza a partir dos dados do IBGE, do seu Sistema de Recuperação Automática de Dados (SIDRA). Foram usados quatorze (14) indicadores vinculados a categoria Agricultura Familiar (AF), demonstrados no Quadro 1, referentes a Região Sul do Brasil, a partir dos resultados do Censo Agropecuário de 2017. É importante ressaltar que os dados censitários foram levantados em 2017, mas somente no ano de 2019 vieram a público no SIDRA/IBGE.

Cabe salientar que o Censo Agropecuário de 2017 (IBGE, 2017) constrói sua distinção de agricultura familiar a partir do Decreto nº 9.064, de 31 de maio de 2017 (BRASIL, 2017). Tal decreto define a AF como sendo a que utiliza força de trabalho familiar ou conta com poucos ajudantes contratados; tem área total menor do que quatro módulos fiscais; renda familiar majoritariamente originada das atividades agrícolas realizadas no estabelecimento e a gestão é feita pela própria família. Por sua vez, agricultura não familiar (ANF) possui mão-de-obra contratada e os processos decisórios são coordenados pelo empresário agrícola ou gestores profissionais também contratados. A ANF tem como característica a utilização em maiores graus de máquinas, equipamentos e outras tecnologias, além de possuírem maiores áreas de terras e escalas de produção.

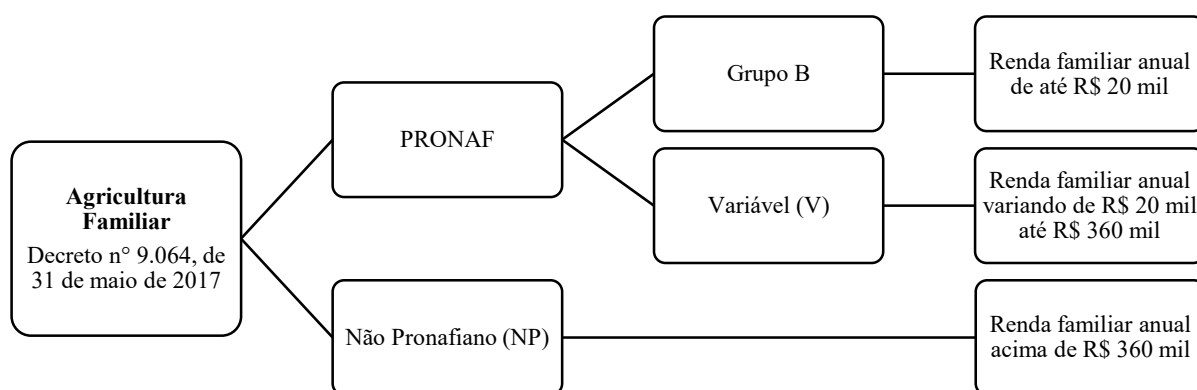
Quadro 1 - Indicadores da agricultura familiar selecionados do Censo Agropecuário 2017 no SIDRA/IBGE.

6778 – Número de estabelecimentos agropecuários;
6884 – Pessoal ocupado nos estabelecimentos agropecuários;
6878 – Área dos estabelecimentos agropecuários;
6879 – Valor bruto da produção;
6882 – Classe de idade do produtor;
6755 – Escolaridade do produtor;
6755 – Sexo do produtor;
6755 – Cor ou raça do produtor;
6879 – Classes de valor da produção;
6762 – Finalidade principal da produção agropecuária do estabelecimento;
6845 – Tipo de prática agrícola;
6846 – Associação do produtor a cooperativa e/ou entidade de classe;
6780 – Origem da orientação técnica recebida;
6895 – Número de estabelecimentos agropecuários que obtiveram financiamento.

Fonte: Censo Agropecuário 2017 (SIDRA/IBGE, 2019a).

Outro aspecto que chama a atenção é o fato de que as informações referentes à agricultura familiar, no Censo Agropecuário 2017, foram atualizadas conforme a legislação e, portanto, não são comparáveis diretamente com as divulgadas no Censo Agropecuário 2006 (IBGE, 2019b). Uma das mudanças mais salientes foi a definição da agricultura familiar predominantemente agrícola, haja vista que quando outras rendas são superiores a 50% o enquadramento deu-se como ANF, renunciando a uma conceituação mais ampla da diversidade de estratégias de reprodução social que a AF mobiliza, por exemplo, a pluriatividade que foi desconsiderada. Além disso, as áreas não contínuas, independente de quem as explore ou administre, corresponde a apenas um estabelecimento. Também não se abriu no questionário a possibilidade para os 'empregados/moradores' registrarem sua produção em um estabelecimento; toda a produção/criação referida a esta condição, integrou o questionário do estabelecimento agropecuário mãe (IBGE, 2019b). Estas mudanças, na prática, geraram um grande encolhimento da participação percentual da AF (mais de meio milhão de estabelecimentos) em vários indicadores censitários da agricultura nacional e nas diferentes regiões, como no Sul.

Figura 1 – Grupos da agricultura familiar no Censo Agropecuário 2017.



Fonte: Elaborada pelos autores a partir de IBGE (2019c).

Em termos operacionais da pesquisa, na medida das possibilidades de tabulação pertinentes ao trabalho, as categorias analisadas foram a agricultura familiar (AF) e, ainda, se subdividiu os agricultores familiares como sendo os enquadrados nos grupos de classificação dentro do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), grupos B (AF-B) e V (AF-V), bem como o grupo dos não Pronafianos (NP), conforme ilustrado na Figura 1. No período de referência de levantamento dos dados do Censo Agropecuário 2017 os agricultores familiares do PRONAF B eram aqueles com renda bruta familiar anual de até R\$ 20 mil. Os do Grupo V eram os agricultores que se enquadravam na denominada renda variável. No entanto, a variação é compreendida entre uma renda bruta anual de R\$ 20 mil até R\$ 360 mil e, os não Pronafianos, compreendidos como os que extrapolam a renda bruta familiar anual de R\$ 360 mil (IBGE, 2019c).

4 A AGRICULTURA FAMILIAR NOS TRÊS ESTADOS DO SUL: COMPARANDO INDICADORES DO CENSO AGROPECUÁRIO 2017

Nesta seção se apresenta os dados sobre a AF na Região Sul do Brasil. As análises realizadas estão estruturadas em quatro subseções. Na primeira serão abordados aspectos mais gerais que caracterizam a AF na Região. Na segunda, se traça o perfil dos agricultores familiares. A terceira subseção esmiúça aspectos da produção oriunda da AF e, por fim, analisa-se aspectos referentes a cooperação e acesso as políticas públicas pela AF sulina.

4.1 AS “GRANDES VARIÁVEIS” QUE CARACTERIZAM A AF SULINA

Uma primeira análise a ser feita diz respeito ao número de estabelecimentos agropecuários que se enquadram nos quesitos censitários como sendo da AF. Os dados contidos na Tabela 1 demonstram que tanto em nível de Brasil como de Região Sul existe um predomínio dos estabelecimentos agropecuários familiares, sendo que a Região em análise abarca 13,12% dos estabelecimentos familiares nacionais. A Região Sul não segue a tendência nacional de ter uma significativa predominância de estabelecimentos que se encaixam na faixa de renda mais baixa, considerando-se que 53,87% se enquadram como AF-B em nível nacional. No comparativo dos três estados que compõem a Região, nota-se que o Rio Grande do Sul (RS) é o que contém o maior predomínio de estabelecimentos familiares (5,79% dos estabelecimentos nacionais), seguido do Paraná (PR) com 4,51% e Santa Catarina (SC) com 2,82%. Além disso, nos três estados predominam estabelecimentos que se enquadram como AF-V, sendo em torno de 8% deles. No entanto, os 5,01% de estabelecimentos AF-B demonstram, apesar do não predomínio, uma representatividade expressiva na Região, dado que isso gira ao redor de 40% dos estabelecimentos familiares sulinos.

Tabela 1 – Brasil e Região Sul: número de estabelecimentos agropecuários nos grupos da agricultura familiar e na agricultura não familiar.

BR e UFs	Número de estabelecimentos agropecuários											
	Total		ANF		AF		AF - B		AF - V		AF - NP	
		%		%		%		%		%		%
BR	5073324	100,00	1175916	23,18	3897408	76,82	2732790	53,87	1138885	22,45	25733	0,51
Sul	853314	16,82	187547	3,70	665767	13,12	254157	5,01	398128	7,85	13482	0,27
PR	305154	6,01	76266	1,50	228888	4,51	100804	1,99	124442	2,45	3642	0,07
SC	183066	3,61	40079	0,79	142987	2,82	49158	0,97	90632	1,79	3197	0,06
RS	365094	7,20	71202	1,40	293892	5,79	104195	2,05	183054	3,61	6643	0,13

Fonte: Censo Agropecuário 2017 (IBGE, 2019a).

Outra variável importante se refere ao pessoal ocupado nos estabelecimentos, sendo definido como as pessoas com laços de parentesco entre si, que habitam o local e trabalham no estabelecimento (IBGE, 2019b). Alinhados a tabela anterior, os dados contidos na Tabela 2

reiteram a expressividade da agricultura familiar no Brasil e na Região Sul. Observa-se que 66,97% do pessoal ocupado em nível nacional está na AF, algo superior a 10,1 milhão de pessoas. A Região Sul detém um contingente de pessoal ocupado na AF que equivale a 10,70% (mais de 1,6 milhão de pessoas) do total de pessoal ocupado nas atividades agropecuárias brasileiras. Na Região, se destacam o RS e PR com pessoal ocupado na AF, com 4,74% e 3,55% do total nacional, respectivamente. Em termos de grupos dentro da AF, a Região não segue o perfil nacional, haja vista que predomina pessoal ocupado na AF que se enquadra no grupo V com 6,99% do total nacional, embora, sejam expressivos os dados do pessoal ocupado no grupo B com 3,38%.

Tabela 2 – Brasil e Região Sul: pessoal ocupado nos estabelecimentos agropecuários nos grupos da agricultura familiar e na agricultura não familiar.

Pessoal ocupado em estabelecimentos agropecuários (mil pessoas)												
BR e UF	Tipologia											
	Total	%	ANF	%	AF	%	AF - B	%	AF - V	%	AF - NP	%
BR	15105,13	100,00	4989,57	33,03	10115,56	66,97	6687,47	44,27	3324,84	22,01	103,25	0,68
Sul	2340,87	15,50	724,58	4,80	1616,29	10,70	510,99	3,38	1055,20	6,99	50,10	0,33
PR	846,64	5,60	311,09	2,06	535,55	3,55	202,66	1,34	319,70	2,12	13,19	0,09
SC	501,81	3,32	137,77	0,91	364,04	2,41	98,15	0,65	252,67	1,67	13,22	0,09
RS	992,41	6,57	275,72	1,83	716,70	4,74	210,18	1,39	482,83	3,20	23,69	0,16

Fonte: Censo Agropecuário 2017 (IBGE, 2019a).

O cenário apresentado, no qual a AF mobiliza fortemente o pessoal ocupado nos estabelecimentos, se mostra dentro da lógica desse grupo social, dado que uma das principais características apontadas para caracterizar e definir a AF é a não dissociação entre a propriedade dos meios de produção e o uso da força de trabalho predominantemente familiar (SCHNEIDER, 2003). Além disso, como discutido na revisão da literatura, as formas familiares de agricultura, desenvolvem-se mundialmente sendo intensivas no uso da sua força de trabalho nas diversas atividades produtivas, comerciais e de transformação de alimentos (PLOEG, 2008).

Em relação às áreas destinadas para a AF, a Tabela 3 demonstra que tanto em nível de Brasil quanto de Região Sul, a AF ocupa uma área minoritária, sendo responsável por 23,03% das áreas brasileiras e no Sul perfazendo 3,27% das áreas em relação ao nível nacional. Dentre os estados, RS, PR e SC demonstram em ordem decrescente de áreas ocupadas pela AF detendo: 1,56%, 1,01% e 0,70%, respectivamente, das áreas nacionais. Nota-se que, mesmo com pouca diferença, as áreas destinadas a AF-B predominam no Brasil (11,82% contra 10,78% da AF-V), no entanto, na Região Sul essa realidade inverte-se, dado que AF-V detém 2,34% das áreas, enquanto a AF-B detém 0,78%; o triplo para o grupo de maior faixa de renda.

Tabela 3 – Brasil e Região Sul: área dos estabelecimentos agropecuários nos grupos da agricultura familiar e na agricultura não familiar.

Área dos estabelecimentos agropecuários (milhões ha)												
BR e UF	Tipologia											
	Total	%	ANF	%	AF	%	AF - B	%	AF - V	%	AF - NP	%
BR	351,29	100,00	270,40	76,97	80,89	23,03	41,53	11,82	37,86	10,78	1,50	0,43
Sul	42,88	12,21	31,38	8,93	11,49	3,27	2,75	0,78	8,23	2,34	0,51	0,15
PR	14,74	4,20	11,18	3,18	3,56	1,01	0,94	0,27	2,47	0,70	0,15	0,04
SC	6,45	1,84	3,99	1,14	2,46	0,70	0,57	0,16	1,77	0,50	0,12	0,03
RS	21,68	6,17	16,21	4,61	5,48	1,56	1,24	0,35	3,99	1,14	0,24	0,07

Fonte: Censo Agropecuário 2017 (IBGE, 2019a).

Os dados censitários evidenciam a concentração fundiária por parte de um número reduzido de estabelecimentos, trazendo uma realidade aproximada tanto em nível nacional quanto nos estados sulinos. Tal cenário vai ao encontro do que Hoffmann (2019) demonstrou, com base nos dados dos dois últimos censos, quando afirma que há ligeiro aumento da desigualdade da distribuição da posse da terra no país de 2006 para 2017. Estes dados endossam os argumentos de Wanderley (2015) ao apontar que a restrita realidade fundiária da agricultura familiar em relação aos processos de concentração revela um dos limites de sua reprodução, desenvolvendo-se historicamente com menores áreas de terras e dentro de um contexto de concentração fundiária, marca da agricultura e do mundo rural brasileiro.

A última das “grandes variáveis” a serem exploradas diz respeito ao Valor Bruto da Produção (VBP) gerado pela AF (Tabela 4). A AF nacional possui menor VBP em relação a ANF, no entanto, dados os fatores conjunturais e históricos, se pode considerar um VBP expressivo, uma vez que a AF é responsável por 23,03% do VBP nacional. A Região Sul possui 9,51% do VBP nacional, se destacando o RS com quase a metade deste (4,38%). É importante salientar nesse aspecto que, tanto o país como a Região Sul apresentam uma maior concentração de VBP nos grupos de maior renda (AF-V e AF-NP). O somatório das faixas de maior renda é responsável por 20,22% do VBP nacional e a Região Sul, nestes grupos de agricultores, possui 9,12% do VBP nacional. Os três estados apresentam comportamento similar em relação aos números de VBP, no que tange aos grupos de AFs.

Tabela 4 – Brasil e Região Sul: valor Bruto da Produção (VBP) dos estabelecimentos agropecuários nos grupos da agricultura familiar e na agricultura não familiar.

Valor Bruto da Produção dos estabelecimentos agropecuários (bilhões R\$)												
BR e UF	Tipologia											
	Total	%	ANF	%	AF	%	AF - B	%	AF - V	%	AF - NP	%
BR	462,36	100,00	355,89	76,97	106,47	23,03	13,01	2,81	74,06	16,02	19,4	4,20
Sul	122,12	26,41	78,16	16,90	43,95	9,51	1,77	0,38	32,69	7,07	9,50	2,05
PR	48,59	10,51	35,28	7,63	13,31	2,88	0,63	0,14	10,28	2,22	2,4	0,52
SC	19,28	4,17	8,90	1,92	10,38	2,24	0,34	0,07	7,92	1,71	2,12	0,46
RS	54,25	11,73	33,98	7,35	20,27	4,38	0,80	0,17	14,49	3,13	4,98	1,08

Fonte: Censo Agropecuário 2017 (IBGE, 2019a).

O fato dos maiores VBP estarem alocados nas faixas de maior renda aponta as vulnerabilidades históricas às quais os AFs mais pobres estão envolvidos, sejam em relação a acesso as condições básicas para se ter qualidade de vida ou mesmo em relação às políticas públicas. Esses argumentos são endossados por Aquino, Gazolla e Schneider (2016) quando demonstram a vulnerabilidade social destes produtores em várias dimensões dos seus meios de vida (baixas e precárias dotações de capital natural, físico, humano, social e financeiro), revelando que há necessidade de melhorias quantitativas e qualitativas em sua plataforma de ativos (acesso à terra, água, financiamento e tecnologias), bem como em suas capacitações básicas (educação formal e nível de organização social) e em relação ao papel do Estado frente a situação social desalentadora deste grupo (baixo acesso, recursos e qualidade das políticas e serviços públicos ofertados aos AFs pobres).

Em síntese, as quatro variáveis analisadas evidenciam a representatividade da AF na Região Sul e em relação ao Brasil, principalmente nos indicadores que tratam do contingente de força de trabalho que guarda expressividade, bem como seu número de estabelecimentos. No entanto, a AF sulina segue a tendência nacional de restrição fundiária para a sua reprodução social e tem um grande contingente de estabelecimentos que são considerados pobres (possuem baixo VBP), evidenciando vulnerabilidades socioeconômicas e produtivas deste grupo social.

4.2 PERFIL DOS AGRICULTORES FAMILIARES DA REGIÃO SUL

Este tópico visa explorar características específicas dos agricultores familiares da Região Sul com o intuito de caracterizar seu perfil. Cabe apontar que os dados são relativos aos dirigentes dos estabelecimentos agropecuários (IBGE, 2019b). Em relação aos extratos etários dos AFs, na Tabela 5, se nota, tanto em nível de Brasil como de Região Sul, uma concentração em idades entre 35 e 75 anos. A AF brasileira se encontra com 62,25% dos dirigentes dos estabelecimentos nessa faixa etária e a Região Sul concentra 11,15% dos produtores nacionais como AF nesse mesmo extrato.

Os três estados que conformam a Região seguem a mesma tendência de concentração da AF no referido extrato etário, se destacando o RS como o detentor da maior população acima dos 75 anos. Os dados demonstram que a AF sulina é similar em relação a idade da população ocupada na agricultura em nível nacional. Esta nova dinâmica demográfica (redução da participação dos grupos etários mais jovens e crescimento daqueles mais idosos) representa no médio e longo prazo o comprometimento do processo de sucessão da atividade agrícola familiar, visto que os jovens constituem a força renovadora para o desenvolvimento desta forma social de organização do trabalho e da produção (BOSCARDIN; SPANEVELLO, 2018).

Tabela 5 – Brasil e Região Sul: estratificação etária nos estabelecimentos agropecuários e nos grupos da agricultura familiar e na agricultura não familiar.

		Classe etária dos produtores (anos)											
BR e SUL		Tipologia											
		Total (mil estab.)	%	ANF	%	AF	%	AF - B	%	AF - V	%	AF - NP	%
BR	Total	5073,32	100,00	1175,92	23,18	3897,41	76,82	2732,79	53,87	1138,89	22,45	25,73	0,51
	0-25	100,36	1,98	24,30	0,48	76,05	1,50	58,997	1,16	16,78	0,33	0,27	0,01
	25-35	469,07	9,25	129,24	2,55	339,83	6,70	241,771	4,77	95,97	1,89	2,09	0,04
	35-45	904,14	17,82	255,70	5,04	648,44	12,78	433,6	8,55	209,83	4,14	5,02	0,10
	45-55	1224,49	24,14	326,00	6,43	898,49	17,71	577,16	11,38	313,12	6,17	8,21	0,16
	55-65	1186,70	23,39	244,32	4,82	942,38	18,58	651,804	12,85	284,26	5,60	6,32	0,12
	65-75	785,63	15,49	117,15	2,31	668,48	13,18	508,981	10,03	156,57	3,09	2,93	0,06
	+ 75	386,14	7,61	62,41	1,23	323,73	6,38	260,477	5,13	62,35	1,23	0,90	0,02
Sul	Total	853,31	16,82	187,55	3,70	665,77	13,12	254,157	5,01	398,13	7,85	13,48	0,27
	0 - 25	11,80	0,23	2,46	0,05	9,34	0,18	3,334	0,07	5,89	0,12	0,11	0,00
	25-35	60,79	1,20	15,49	0,31	45,29	0,89	11,039	0,22	33,25	0,66	1,01	0,02
	35-45	129,72	2,56	34,63	0,68	95,10	1,87	23,987	0,47	68,57	1,35	2,54	0,05
	45-55	221,12	4,36	54,37	1,07	166,76	3,29	47,489	0,94	114,66	2,26	4,60	0,09
	55-65	228,68	4,51	43,54	0,86	185,14	3,65	74,746	1,47	106,94	2,11	3,46	0,07
	65-75	140,73	2,77	22,01	0,43	118,72	2,34	64,784	1,28	52,50	1,03	1,44	0,03
	+ 75	56,00	1,10	10,58	0,21	45,42	0,90	28,778	0,57	16,32	0,32	0,33	0,01

Fonte: Censo Agropecuário 2017 (IBGE, 2019a).

Quanto a escolaridade dos responsáveis pelos estabelecimentos agropecuários, a Tabela 6 demonstra que, em nível de país, os extratos de mais baixa escolaridade se concentram na AF e, especialmente, na AF de mais baixa renda. Tal afirmação se confirma quando 65,47% dos agricultores têm até o ensino fundamental completo no Brasil são familiares. Além disso, 46,94% são classificados como AF-B. Na Região Sul, se verifica também uma maior concentração de baixa escolaridade na AF, porém, com menor discrepância entre os grupos de AF, com predominância na classe de maior renda, possuindo 6,22% dos produtores com escolaridade até o ensino fundamental completo em relação ao total nacional. Quando os dados são analisados por estado, nenhum dos três apresenta comportamento discrepante ao da Região. Nos extratos de mais alta escolaridade (ensino médio completo até mestrado e doutorado), apesar da baixa concentração tanto em nível nacional como regional, a Região Sul detém, na AF, 11,82% dos produtores nacionais com estes níveis de estudos.

Esse patamar de uma baixa escolaridade dos agricultores no Brasil e na Região Sul pode ter várias razões, sejam elas históricas, estruturais ou sociopolíticas. No entanto, de Paula Júnior (2020) destaca que a necessidade de elevar o grau de escolaridade da força de trabalho rural se justifica pelo uso e apropriação de tecnologias utilizadas, especialmente em um contexto de digitalização da agricultura. Um atraso na escolaridade, inibe o nível de capital humano tornando os processos de desenvolvimento rural e regional mais letárgico. O autor ainda demonstra que o aumento da escolaridade de pessoas que residem e trabalham no rural da Região Sul tem efeito positivo sobre a produção dos principais produtos agrícolas. Além disso, baixos níveis de escolaridade fazem os agricultores não compreenderem informações, sejam técnicas ou contextuais, além de bloquear a construção de processos cognitivos que poderiam

dar visibilidade a novas oportunidades para aumento de suas capacidades, sejam produtivas, comerciais ou de acesso a serviços e políticas públicas (SEN, 2010).

Tabela 6 – Brasil e Região Sul: estratificação dos níveis de escolaridade nos estabelecimentos agropecuários e nos grupos da agricultura familiar e na agricultura não familiar.

Escolaridade dos produtores													
BR e SUL	Tipologia												
	Esc.	Total (mil estab.)	%	ANF	%	AF	%	AF - B	%	AF - V	%	AF - NP	%
BR	A	5073,32	100,00	1175,92	23,18	3897,41	76,82	2732,79	53,87	1138,89	22,45	25,73	0,51
	B	2706,83	53,35	398,73	7,86	2308,10	45,49	1766,15	34,81	533,79	10,52	8,16	0,16
	C	1319,63	26,01	305,78	6,03	1013,85	19,98	650,55	12,82	355,13	7,00	8,17	0,16
	D	732,27	14,43	265,92	5,24	466,35	9,19	262,27	5,17	197,52	3,89	6,56	0,13
	E	283,21	5,58	177,68	3,50	105,53	2,08	51,97	1,02	50,83	1,00	2,73	0,05
	F	14,59	0,29	11,01	0,22	3,58	0,07	1,85	0,04	1,61	0,03	0,11	0,00
Sul	A	853,31	16,82	187,55	3,70	665,77	13,12	254,16	5,01	398,13	7,85	13,48	0,27
	B	394,91	7,78	55,04	1,08	339,87	6,70	154,81	3,05	180,62	3,56	4,45	0,09
	C	252,50	4,98	48,11	0,95	204,38	4,03	64,43	1,27	135,10	2,66	4,85	0,10
	D	142,46	2,81	44,99	0,89	97,47	1,92	26,30	0,52	67,95	1,34	3,23	0,06
	E	56,05	1,10	32,84	0,65	23,21	0,46	8,25	0,16	14,04	0,28	0,92	0,02
	F	2,93	0,06	2,09	0,04	0,83	0,02	0,38	0,01	0,42	0,01	0,04	0,00

A = Total; B = Não alfabetizados e com séries iniciais; C = Ens. Fund. Completo; D = Ens. Méd. completo; E = Graduação; F = Mestrado e doutorado.

Fonte: Censo Agropecuário 2017 (IBGE, 2019a).

Já na Tabela 7 estão contidos os dados sobre o sexo dos agricultores(as). O aspecto histórico no qual tradicionalmente o homem se responsabiliza pelo estabelecimento agropecuário no rural brasileiro e da Região Sul é destaque. Isso fica evidente quando 81,02% dos produtores dirigentes dos estabelecimentos brasileiros são homens, sendo 61,65% presentes na AF. Na Região Sul se concentram 14,74% dos homens responsáveis pelos estabelecimentos do Brasil, sendo 11,55% na AF. Essa superioridade numérica dos homens e familiares também se apresenta nos três estados da Região, dado que a AF do PR apresenta 3,89% dos homens alocados em relação a realidade nacional, enquanto apenas 0,62% das mulheres; SC apresenta 2,53% dos homens, contra 0,29% de mulheres; e o RS 5,09% de homens e apenas 0,71% são mulheres.

Tal panorama tende a estar interligado com a questão etária, anteriormente discutida, tendo em vista que vários estudos apontam a seletividade de jovens e mulheres nos processos de êxodo rural. Tais estudos têm chamado a atenção há algum tempo para os dois processos sociais de forma integrada: o envelhecimento e a masculinização da população que vive no campo e são cada vez mais os jovens que vêm deixando os espaços rurais, sendo majoritária a participação das mulheres nos processos migratórios (CAMARANO; ABRAMOVAY, 1999; COSTA; FROEHLICH, 2014). No entanto, estes dados apenas dão um indicativo de tal panorama, dado o fato que a masculinização em si é mensurada pela comparação da proporção entre homens e mulheres em seu aspecto numérico mais amplo no rural.

Tabela 7 – Brasil e Região Sul: estratificação do sexo dos produtores e produtoras nos estabelecimentos agropecuários e nos grupos da agricultura familiar e na agricultura não familiar.

Sexo dos produtores(as)													
Tipologia													
BR e UFs	Total (mil estab.)	%	ANF	%	AF	%	AF - B	%	AF - V	%	AF - NP	%	
BR	T	5073,32	100,00	1175,92	23,18	3897,41	76,82	2732,79	53,87	1138,89	22,45	25,73	0,51
	H	4110,45	81,02	982,71	19,37	3127,74	61,65	2080,56	41,01	1022,95	20,16	24,22	0,48
	M	946,08	18,65	176,40	3,48	769,67	15,17	652,23	12,86	115,93	2,29	1,51	0,03
	NA	16,80	0,33	16,80	0,33	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Sul	T	853,31	16,88	187,55	3,71	665,77	13,17	254,16	5,03	398,13	7,87	0,00	0,00
	H	745,49	14,74	161,56	3,20	583,93	11,55	204,87	4,05	366,20	7,24	0,00	0,00
	M	103,35	2,04	21,51	0,43	81,84	1,62	49,29	0,97	31,93	0,63	0,00	0,00
	NA	4,48	0,09	4,48	0,09	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

T = Total; H = Homem; M= Mulher; NA = Não se aplica.

Fonte: Censo Agropecuário 2017 (IBGE, 2019a).

No que tange a cor ou raça dos agricultores dirigentes dos estabelecimentos, a Tabela 8 demonstra que, no geral brasileiro, a raça branca tem uma leve superioridade em relação a parda com 45,43% contra 44,47%, respectivamente. No entanto, uma predominância de uma AF parda se apresenta em nível de Brasil (35,34% do total brasileiro). Na Região Sul é saliente uma população respondente pelos estabelecimentos da AF declarada como branca (totalizando 11,50% dos produtores brasileiros). Tanto em nível de Brasil como de Região, a população da AF definida como amarela é minoritária. Os três estados apresentam uma predominância de AFs brancos e o PR é o estado com maior população amarela na AF. A AF brasileira de menor renda concentra predominantemente pardos (28,52%), brancos (18,67%) e pretos (5,77%), no entanto, a Região Sul, tem uma predominância branca nessa faixa de renda (7,13%).

Tabela 8 – Brasil e Região Sul: estratificação de cor e raça dos produtores nos estabelecimentos agropecuários e nos grupos da agricultura familiar e na agricultura não familiar.

Cor ou raça dos produtores													
Tipologia													
BR e SUL	Cor ou raça	Total (mil pess.)	%	ANF	%	AF	%	AF - B	%	AF - V	%	AF - NP	%
BR	A	5056,53	100,00	1159,12	22,92	3897,41	77,08	2732,79	54,04	1138,89	22,52	25,73	0,51
	B	2297,01	45,43	603,90	11,94	1693,12	33,48	944,01	18,67	727,49	14,39	21,61	0,43
	C	423,41	8,37	76,42	1,51	346,99	6,86	291,53	5,77	55,00	1,09	0,46	0,01
	D	31,11	0,62	9,43	0,19	21,68	0,43	14,03	0,28	7,43	0,15	0,23	0,00
	E	2248,55	44,47	461,59	9,13	1786,96	35,34	1442,30	28,52	341,29	6,75	3,37	0,07
	F	56,45	1,12	7,78	0,15	48,67	0,96	40,93	0,81	7,67	0,15	0,06	0,00
Sul	A	848,84	16,79	183,07	3,62	665,77	13,17	254,16	5,03	398,13	7,87	13,48	0,27
	B	743,05	14,69	161,35	3,19	581,70	11,50	208,33	4,12	360,41	7,13	12,96	0,26
	C	17,80	0,35	3,25	0,06	14,54	0,29	8,80	0,17	5,68	0,11	0,06	0,00
	D	4,46	0,09	1,54	0,03	2,93	0,06	1,07	0,02	1,80	0,04	0,05	0,00
	E	79,45	1,57	16,31	0,32	63,15	1,25	33,60	0,66	29,15	0,58	0,39	0,01
	F	4,08	0,08	0,63	0,01	3,45	0,07	2,35	0,05	1,08	0,02	0,01	0,00

A = Total; B = Branca; C = Preta; D = Amarela; E = Parda; F = Indígena.

Fonte: Censo Agropecuário 2017 (IBGE, 2019a).

Esses dados materializam os argumentos de Swain (1988) e Stoffel (2012) ao dissertarem que a estruturação agrária e do trabalho na Região Sul não seguiu a realidade brasileira. Os referidos trabalhos argumentam que a região não teve ampla tradição de atividades com base em força de trabalho escravizada, se comparada às outras regiões brasileiras. No Sul, a dinamização fundiária e produtiva ocorreu partir da pequena propriedade alavancada majoritariamente por imigrantes de origem europeia e, em menor intensidade, asiática, embora, historicamente as grandes estâncias e sesmarias tiveram trabalho escravo e até hoje encontram-se alguns quilombos na Região Sul, porém foram processos menos intensivos do que em outras regiões.

Depreende-se dos indicadores analisados que, de um modo geral, a AF sulina resguarda grandes semelhanças com o panorama nacional e não apresenta diferenciações significativas entre seus estados componentes. A AF da Região Sul concentra idades mais avançadas dos agricultores, com baixa escolaridade (mesmo com a Região detendo expressiva concentração de uma população nos extratos mais altos de escolaridade) e altamente masculinizada. Em relação a cor ou raça dos produtores, a Região destoa do nível nacional (AF com agricultores predominantemente pardos), sendo a AF sulina predominantemente branca.

4.3 VALORES E FINALIDADES DA PRODUÇÃO E PRÁTICAS AGRÍCOLAS

Este tópico desenvolve uma análise focada nos indicadores de resultado econômico da AF, finalidade da produção (venda ou consumo) e práticas agrícolas (algumas indicando sustentabilidade ambiental). Um primeiro elemento a ser abordado diz respeito às classes de valor da produção (VP), conforme apresentadas na Tabela 9. A AF brasileira concentra 54,09% dos estabelecimentos agropecuários com VP de até R\$ 25 mil anuais. Desses, 49,78% se concentram na categoria de mais baixa renda (AF-B). Dentro do esperado, dado que renda bruta familiar anual não pode extrapolar R\$ 20 mil para enquadramento, mas o que chama a atenção é o grande contingente deste grupo: quase a metade dos agricultores brasileiros.

Tabela 9 – Brasil e Região Sul: grupos e classes do valor da produção nos estabelecimentos agropecuários e nos grupos da agricultura familiar e na agricultura não familiar.

Grupos de classe do valor da produção (Total)													
BR e SUL	CL VP (R\$)	Tipologia											
		Total (mil estab.)	%	ANF	%	AF	%	AF - B	%	AF - V	%	AF - NP	%
BR	A	5073,32	100,00	1175,92	23,18	3897,41	76,82	2732,79	53,87	1138,89	22,45	25,73	0,51
	B	2029,61	40,01	467,26	9,21	1562,35	30,80	1556,24	30,67	6,08	0,12	0,03	0,00
	C	616,88	12,16	110,42	2,18	506,45	9,98	501,58	9,89	4,86	0,10	0,02	0,00
	D	784,50	15,46	109,14	2,15	675,36	13,31	467,73	9,22	207,59	4,09	0,04	0,00
	E	491,03	9,68	67,91	1,34	423,12	8,34	0,00	0,00	423,08	8,34	0,04	0,00
	F	359,99	7,10	69,86	1,38	290,13	5,72	0,00	0,00	290,08	5,72	0,05	0,00
	G	360,76	7,11	142,62	2,81	218,14	4,30	0,00	0,00	205,29	4,05	12,86	0,25
	H	108,43	2,14	95,77	1,89	12,66	0,25	0,00	0,00	0,00	0,00	12,66	0,25
	I	322,13	6,35	112,94	2,23	209,19	4,12	207,24	4,08	1,91	0,04	0,03	0,00
Sul	A	853,31	16,82	187,55	3,70	665,77	13,12	254,16	5,01	398,13	7,85	13,48	0,27
	B	136,01	2,68	40,81	0,80	95,20	1,88	93,40	1,84	1,79	0,04	0,02	0,00
	C	78,59	1,55	17,75	0,35	60,84	1,20	59,34	1,17	1,49	0,03	0,01	0,00
	D	141,30	2,79	20,31	0,40	120,99	2,38	77,38	1,53	43,59	0,86	0,01	0,00
	E	132,09	2,60	10,93	0,22	121,16	2,39	0,00	0,00	121,15	2,39	0,01	0,00
	F	130,63	2,57	11,36	0,22	119,28	2,35	0,00	0,00	119,26	2,35	0,02	0,00
	G	152,82	3,01	35,69	0,70	117,13	2,31	0,00	0,00	110,25	2,17	6,88	0,14
	H	38,52	0,76	31,99	0,63	6,53	0,13	0,00	0,00	0,00	0,00	6,53	0,13
	I	43,36	0,85	18,71	0,37	24,65	0,49	24,04	0,47	0,60	0,01	0,01	0,00

A = Total; B = 0 a R\$ 5 mil; C = R\$ 5 mil - R\$ 10 mil; D = R\$ 10 mil - R\$ 25 mil; E = R\$ 25 mil - R\$ 50 mil; F = R\$ 50 mil - R\$ 100 mil; G = R\$ 100 mil - R\$ 500 mil; H = mais de R\$ 500 mil; I = Sem VP.

Fonte: Censo Agropecuário 2017 (IBGE, 2019a).

Na Região Sul se observa uma maior distribuição nas classes de VP, tendo a AF sulina 9,43% dos estabelecimentos familiares nacionais com VP entre R\$ 10 mil e R\$ 500 mil, não apresentando grandes variações de proporcionalidade entre as classes, tendo expressiva representação na AF-V e AF-NP. Os três estados que compõem a Região apresentam uma distribuição semelhante, tendo o RS o número mais expressivo de estabelecimentos com VP de R\$ 100 mil até mais de R\$ 500 mil (53.563 estabelecimentos, enquanto PR conta com 38.675 e SC com 31.419). Praticamente a totalidade da AF-B da Região Sul (4,54% dos estabelecimentos nacionais) se encontra na faixa de VP de 0 a 25 mil reais. Porém, ao se detalhar o foco nos três estados, a concentração do VP da AF-B fica na faixa de 0 a 10 mil reais, dado que, no PR, dos 1,99% AF-B nacionais que se encontram no estado, 1,77% se encontram na respectiva faixa de VP; em SC e RS, as realidades são de: 0,97% e 2,05% de AF-B; 0,85% e 1,92% na faixa de 0 a 10 mil reais, respectivamente.

O panorama traçado pelos dados notabiliza os argumentos mobilizados por Aquino, Gazolla e Schneider (2016) quanto aos fatores estruturais (maior área de terras, acesso a políticas públicas, conhecimentos e informações, exploração de atividades com maior valor agregado, etc.) que potencializam maior VP nas faixas mais expressivas de renda da AF. Além disso, os autores argumentam que, em relação à agricultura familiar, apesar das melhorias na distribuição de renda e outros avanços verificados no limiar do século XXI, se nota uma significativa heterogeneidade e desigualdade produtiva no interior do segmento, em que predomina um vasto contingente de produtores pobres ou extremamente pobres. Na base desse quadro social, frequentemente negligenciado nas análises que buscam ressaltar as virtudes da categoria de forma agregada a partir dos dados censitários, está uma herança histórica de

diferenciação social, que se mantém e se agrava ao longo do tempo, devido, entre outros fatores, ao favorecimento dos setores mais capitalizados.

Em termos de finalidade dada a produção dos estabelecimentos agropecuários, a Tabela 10 demonstra uma AF predominantemente inserida nos mercados. Os dados indicam que 44,45% dos estabelecimentos agropecuários brasileiros que comercializam sua produção são da AF e, na Região Sul, se encontram 10,59% dos estabelecimentos com essa característica. A produção para consumo próprio se apresenta em superioridade nos estabelecimentos familiares brasileiros de menor renda (29,56%), enquanto na Região Sul não se verifica o mesmo, dado que 2,02% produzem para consumo próprio, contra 2,99% que comercializam sua produção. Percebe-se que nenhum dos três estados da Região apresenta dados diferentes do agregado regional no que concerne a finalidade da produção. No entanto, na Região Sul, o grupo de maior faixa de renda se apresenta como mais inserido nas dinâmicas dos mercados (7,33% da AF-V contra 2,99% da AF-B), seguindo os três estados a mesma tendência.

Estes dados endossam os argumentos do dinamismo da AF, não devendo ser compreendida apenas como um modo de vida, mas que incorpora avanços técnicos, profissionaliza-se, acessa políticas públicas e se integra a diferentes formas de mercados para comercializar excedentes e gerar renda monetária para seus processos de reprodução social. Essa inserção em diferentes formas de mercados pode ser tanto numa lógica agroexportadora quanto para mercados locais contribuindo com os processos de desenvolvimento regional (ABRAMOVAY, 2012; PLOEG, 2016; SCHNEIDER, MARQUES; CONTERATO, 2016).

Além disso, conforme expõem Anjos e Caldas (2009), a mercantilização da agricultura e do rural no Brasil meridional se impõe de forma intensa sobre o universo da agricultura familiar. Para os autores, a relação com os mercados é um aspecto intrínseco do modo de vida dos descendentes de europeus que se tornaram agricultores no Sul do país e, cada vez menos, verifica-se preocupações com a manutenção da produção para autoconsumo. Porém, o autoconsumo ainda se mostra presente historicamente em torno dos valores de sociabilidade e alternatividade (consumo e/ou venda), garantindo renda e segurança alimentar e nutricional ao grupo doméstico, especialmente entre os AFs mais pobres, auxiliando a cumprir com alguns dos ODS (GRISA; SCHNEIDER; CONTERATO, 2013; DURIGON et al, 2020; UNDP, 2021).

Tabela 10 – Brasil e Região Sul: finalidade da produção nos estabelecimentos agropecuários e nos grupos da agricultura familiar e na agricultura não familiar.

Principal finalidade da produção nos estabelecimentos agropecuários													
BR, Ufs e Sul	Tipologia												
	Fin. prod.	Total (mil estab)	%	ANF	%	AF	%	AF - B	%	AF - V	%	AF - NP	%
BR	A	5073,32	100,00	1175,92	23,18	3897,41	76,82	2732,79	53,87	1138,89	22,45	25,73	0,51
	B	2049,66	40,40	407,46	8,03	1642,21	32,37	1499,55	29,56	141,92	2,80	0,74	0,01
	C	3023,66	59,60	768,46	15,15	2255,20	44,45	1233,24	24,31	996,97	19,65	24,99	0,49
Sul	A	853,31	16,82	187,55	3,70	665,77	13,12	254,16	5,01	398,13	7,85	13,48	0,27
	B	166,47	3,28	37,90	0,75	128,57	2,53	102,25	2,02	26,17	0,52	0,15	0,00
	C	686,84	13,54	149,65	2,95	537,19	10,59	151,91	2,99	371,96	7,33	13,33	0,26
PR	A	305,15	6,01	76,27	1,50	228,89	4,51	100,80	1,99	124,44	2,45	3,64	0,07
	B	62,17	1,23	15,83	0,31	46,34	0,91	39,10	0,77	7,19	0,14	0,04	0,00
	C	242,99	4,79	60,44	1,19	182,55	3,60	61,70	1,22	117,25	2,31	3,60	0,07
SC	A	183,07	3,61	40,08	0,79	142,99	2,82	49,16	0,97	90,63	1,79	3,20	0,06
	B	37,25	0,73	9,53	0,19	27,72	0,55	21,35	0,42	6,33	0,12	0,04	0,00
	C	145,82	2,87	30,55	0,60	115,27	2,27	27,81	0,55	84,31	1,66	3,16	0,06
RS	A	365,09	7,20	71,20	1,40	293,89	5,79	104,20	2,05	183,05	3,61	6,64	0,13
	B	67,06	1,32	12,54	0,25	54,52	1,07	41,80	0,82	12,65	0,25	0,07	0,00
	C	298,04	5,87	58,67	1,16	239,37	4,72	62,40	1,23	170,40	3,36	6,57	0,13

A = Total; B = Consumo próprio e de pessoas com laços de parentescos com o produtor; C = Comercialização da produção (inclusive troca ou escambo).

Fonte: Censo Agropecuário 2017 (IBGE, 2019a).

Ao que concerne as práticas agrícolas desenvolvidas, a Tabela 11 expressa a situação da AF. Os dados demonstram uma AF brasileira com um montante de estabelecimentos sem nenhum tipo de prática agrícola conservacionista (33,27%), especialmente naqueles de menor renda (24,95%). Ainda em âmbito nacional, as práticas mais realizadas pela AF são rotação de cultivos (14,61%) e pousio ou descanso dos solos (10,48%). A AF sulina, apesar de deter um acentuado número de estabelecimentos sem práticas agrícolas conservacionistas (3,43% do montante nacional), apresenta um rol mais amplo de práticas com números expressivos em relação a totalidade brasileira: plantio em nível (2,47%), rotação de culturas (6,39%), pousio ou descanso de solos (1,74%), proteção e ou conservação de encostas (1,44%) e outras (2,26%).

Na Região Sul também se observa uma menor expressão de práticas agrícolas no extrato de menor renda da AF. Comparativamente, às práticas realizadas nos três estados sulinos, a AF do RS se destaca por deter 3,0% dos estabelecimentos nacionais que realizam rotação de culturas e outras práticas (1,24%). Mesmo assim, o RS ainda é o estado que apresenta maior número de AFs com estabelecimentos sem práticas agrícolas (1,37% do total nacional).

Seja em nível nacional ou na Região Sul, as proporções dos estabelecimentos que realizam alguma prática conservacionista são maiores na AF, que se mostra mais envolvida nas questões da sustentabilidade rural do que a ANF. Esses dados dão indícios de que os argumentos que defendem a manutenção ambiental e uma maior preocupação com as paisagens físicas naturais é algo mais saliente na AF, que procura desenvolver processos de coprodução com a

natureza, como autores têm formulado (PLOEG, 2016; SCHNEIDER, 2016). Este achado científico também mostra que a AF pode ajudar na consecução de alguns dos ODS nas regiões.

Tabela 11 – Brasil e Região Sul: tipos de práticas agrícolas nos estabelecimentos agropecuários e nos grupos da agricultura familiar e na agricultura não familiar.

		Tipos de práticas agrícolas (Número de estabelecimentos agropecuários)											
BR e Sul	Prát.	Tipologia											
		Total (mil estab.)	%	ANF	%	AF	%	AF - B	%	AF - V	%	AF - NP	%
BR	A	5073,32	100,00	1175,92	23,18	3897,41	76,82	2732,79	53,87	1138,89	22,45	25,73	0,51
	B	480,43	9,47	143,59	2,83	336,84	6,64	133,14	2,62	196,57	3,87	7,13	0,14
	C	946,61	18,66	205,58	4,05	741,03	14,61	380,86	7,51	348,85	6,88	11,32	0,22
	D	699,18	13,78	167,34	3,30	531,85	10,48	368,49	7,26	159,13	3,14	4,22	0,08
	E	204,25	4,03	70,31	1,39	133,94	2,64	47,17	0,93	83,61	1,65	3,16	0,06
	F	122,51	2,41	49,46	0,97	73,05	1,44	26,52	0,52	44,59	0,88	1,94	0,04
	G	116,96	2,31	46,35	0,91	70,61	1,39	24,78	0,49	44,19	0,87	1,64	0,03
	H	39,63	0,78	18,31	0,36	21,32	0,42	8,72	0,17	12,11	0,24	0,49	0,01
	I	88,73	1,75	24,89	0,49	63,85	1,26	39,75	0,78	23,37	0,46	0,73	0,01
	J	1245,99	24,56	260,53	5,14	985,47	19,42	754,56	14,87	226,52	4,46	4,39	0,09
	K	2224,00	43,84	535,88	10,56	1688,12	33,27	1265,96	24,95	415,16	8,18	7,00	0,14
Sul	A	853,31	16,82	187,55	3,70	665,77	13,12	254,16	5,01	398,13	7,85	13,48	0,27
	B	162,11	3,20	36,83	0,73	125,28	2,47	24,62	0,49	96,75	1,91	3,91	0,08
	C	395,96	7,80	71,65	1,41	324,32	6,39	82,25	1,62	234,09	4,61	7,98	0,16
	D	112,82	2,22	24,46	0,48	88,36	1,74	25,81	0,51	60,27	1,19	2,28	0,05
	E	96,14	1,90	23,19	0,46	72,96	1,44	17,95	0,35	52,91	1,04	2,10	0,04
	F	46,99	0,93	14,02	0,28	32,98	0,65	8,10	0,16	23,63	0,47	1,24	0,02
	G	42,18	0,83	11,81	0,23	30,38	0,60	7,50	0,15	21,86	0,43	1,02	0,02
	H	13,44	0,26	5,02	0,10	8,42	0,17	1,84	0,04	6,27	0,12	0,31	0,01
	I	29,02	0,57	9,40	0,19	19,62	0,39	7,61	0,15	11,50	0,23	0,51	0,01
	J	142,56	2,81	27,99	0,55	114,57	2,26	41,22	0,81	70,89	1,40	2,46	0,05
	K	239,21	4,72	65,33	1,29	173,89	3,43	101,83	2,01	69,61	1,37	2,45	0,05

A = Total, B = Plantio em nível; C = Rotação de culturas; D = Pousio ou descanso de solos; E = Proteção e/ou conservação de encostas; F = Recuperação de mata ciliar; G = Reflorestamento para proteção de nascentes; H = Estabilização de voçorocas; I = Manejo florestal; J = Outra; K = Nenhuma.

Fonte: Censo Agropecuário 2017 (IBGE, 2019a).

Dado o exposto nesta seção, se pode tecer um panorama no qual a AF sulina está mais consolidada nos maiores extratos de valor de produção e desenvolve-se com um perfil mais ligado a construção e acessos aos mercados agroalimentares do que voltada para o autoconsumo. Além disso, a AF da Região Sul se apresenta como maior probabilidade de adotar sistemas produtivos com práticas agrícolas sustentáveis, o que é importante do ponto de vista da conservação natural e das metas estabelecidas pelos ODS.

4.4 COOPERAÇÃO E POLÍTICAS PÚBLICAS DE ATER E DE FINANCIAMENTO

Para o entendimento da AF e de seu papel em processos de desenvolvimento regional, nesta seção, se analisa o cenário de cooperação, inserção em políticas públicas (financiamento) e de assistência técnica e extensão rural (ATER). A Tabela 12 demonstra que a AF nacional detém 46,04% dos estabelecimentos sem práticas associativas, enquanto 30,78% exercem algum tipo de associação. Esse cenário apresenta uma ligeira reversão no que tange os dados da Região Sul, em que pese o fato de que 6,89% dos estabelecimentos sulinos relativos ao total nacional exercem algum tipo de associação, 6,23% não são associados, evidenciando certo equilíbrio entre agricultores associados e não associados.

Tabela 12 – Brasil e Região Sul: tipos de associação a cooperativas e/ou entidades de classe por parte dos estabelecimentos agropecuários e nos grupos da agricultura familiar e na agricultura não familiar.

Associação de produtores a cooperativas e/ou entidades de classe (número de estabelecimentos)													
BR e Sul	Tipos assoc.	Total (mil estab.)	%	Tipologia									
				ANF	%	AF	%	AF - B	%	AF - V	%	AF - NP	%
BR	A	5073,32	100,00	1175,92	23,18	3897,41	76,82	2732,79	53,87	1138,89	22,45	25,73	0,51
	B	1996,42	39,35	434,82	8,57	1561,60	30,78	1003,93	19,79	541,01	10,66	16,65	0,33
	C	579,44	11,42	167,13	3,29	412,31	8,13	104,16	2,05	294,79	5,81	13,35	0,26
	D	1064,91	20,99	204,97	4,04	859,94	16,95	600,94	11,85	251,69	4,96	7,31	0,14
	E	406,55	8,01	83,68	1,65	322,87	6,36	230,46	4,54	91,04	1,79	1,38	0,03
	F	385,65	7,60	72,48	1,43	313,17	6,17	258,61	5,10	53,68	1,06	0,87	0,02
	G	3076,90	60,65	741,09	14,61	2335,81	46,04	1728,86	34,08	597,87	11,78	9,08	0,18
Sul	A	853,31	16,82	187,55	3,70	665,77	13,12	254,16	5,01	398,13	7,85	13,48	0,27
	B	437,18	8,62	87,47	1,72	349,72	6,89	84,29	1,66	254,64	5,02	10,79	0,21
	C	313,76	6,18	65,73	1,30	248,04	4,89	45,61	0,90	193,09	3,81	9,34	0,18
	D	215,16	4,24	37,45	0,74	177,71	3,50	47,41	0,93	124,95	2,46	5,35	0,11
	E	27,75	0,55	5,45	0,11	22,30	0,44	5,19	0,10	16,60	0,33	0,51	0,01
	F	19,55	0,39	2,57	0,05	16,98	0,33	3,53	0,07	12,83	0,25	0,63	0,01
	G	416,13	8,20	100,08	1,97	316,05	6,23	169,87	3,35	143,49	2,83	2,70	0,05

A = Total; B = É associado; C = Cooperativa; D = Entidade de classe/sindicato; E = Associação/movimento de produtores; F = Associação de moradores; G = Não é associado

Fonte: Censo Agropecuário 2017 (IBGE, 2019a).

Dentre os estabelecimentos que se vinculam a alguma associação, a AF brasileira se mostra com uma maior concentração de filiação a entidades de classe ou sindicatos (16,95%), já na Região Sul, apesar de ser expressiva esse tipo de associação por parte da AF (3,50% do total nacional), as cooperativas aparecem com maior destaque como entidade de aderência com 4,89%. O estado com a AF mais cooperativada é o RS com 2,33% do total nacional, seguido do PR (1,51%) e SC (1,05%). Além disso, o RS se mostra com uma AF expressivamente vinculada a entidades de classe ou sindicatos (2,29% em relação ao total nacional).

Os dados corroboram com os argumentos de Abramovay (1997) quando expõe que não é sem razão que no Sul do país, onde o peso social e econômico da agricultura familiar é, em geral, superior ao do setor patronal, observam-se os embriões de organizações sociais e locais

que podem contribuir de maneira importante para cenários interativos, mais igualitários e de desenvolvimento regional. De acordo com o autor, nas regiões onde predominam as grandes fazendas, quase não existe vida política e associativa no meio rural.

Especificamente em relação aos grupos de AF, cabe realçar que a AF-B é menos associativa (3,35% dos estabelecimentos sem algum tipo de associação) do que a AF-V, a qual apresenta 2,83% dos estabelecimentos agropecuários sem algum tipo de prática associativa. Esses dados apontam para mais uma vulnerabilidade social do grupo de AFs mais pobres, evidenciando uma lacuna frente a superação de desigualdades sociais, já que uma das formas de desenvolvimento perpassa pela atuação coletiva dos atores se relacionando com arranjos institucionais cooperativos e mais amplos nas regiões (SEN, 2010).

Em termos de orientação técnica, conforme apresentado na Tabela 13, a AF brasileira se apresenta como substancialmente desassistida pelo fato de que 62,86% dos estabelecimentos não receberem orientação. Dentro da minoria nacional que recebe algum tipo de orientação, os serviços ofertados pelos governos, sejam federal, estadual ou municipal, se expressam como predominantes (6,05%), seguidos de uma orientação técnica provida por cooperativas (3,59%), própria (3,03%) e de empresas integradoras (2,23%). Também neste indicador, a Região Sul se mostra discrepante em comparação ao cenário nacional pelo fato da distância entre assistidos e desassistidos ser muito pequena (6,41% dos estabelecimentos da AF nacional recebem algum tipo de orientação técnica, enquanto 6,71% não recebem). No entanto, a Região apresenta o mesmo rol de instituições que protagonizam a oferta de orientação técnica, a saber: 2,39% dos estabelecimentos agropecuários em nível de Brasil que se encontram na Região Sul recebem orientação técnica de cooperativas, 2,06% recebem de instituições governamentais, 1,95% se provêm de orientação técnica das empresas integradoras, e 1,20% dos estabelecimentos têm orientação técnica própria.

Na dinâmica interna aos estados que compõem a Região, o que mais recebe orientação técnica é o RS (2,90%), seguido do PR (1,98%) e SC (1,53%). O estado que apresenta um número maior de estabelecimentos com orientação oriunda de empresas integradoras é SC com 0,57% dos estabelecimentos da AF, seguido por orientação do governo (0,56%) e cooperativas (0,53%). No PR se destacam as cooperativas (0,87%), seguido da orientação governamental (0,48%) e empresas integradoras (0,43%). No RS impera orientação governamental (1,0%), seguido das cooperativas (0,98%) e empresas integradoras (0,95%).

Retomando a questão da desassistência, Brasil e Região Sul apresentam os grupos de menor faixa de renda como mais “descobertos” pela ATER. Os dados nacionais demonstram que AF-B contém 48,98% dos estabelecimentos que não contam com orientação técnica alguma, frente a uma AF-V que tem 13,73% dos estabelecimentos nessa condição. A Região Sul se apresenta com o seguinte cenário: AF-B com 4,01% e AF-V com 2,66% dos estabelecimentos nacionais sem ATER. Castro (2015) expõe que, apesar de sua importância histórica no Brasil, os AFs sempre receberam pouco apoio do poder público para realizar suas atividades, sendo, comparativamente aos ANFs, mais negligenciados pelas diversas políticas governamentais ao longo do processo de modernização da agricultura brasileira, incluindo a de ATER. Este fato acabou amplificando as diferenças estruturais entre os ANFs e AFs, mas também dentro da própria AF, entre os mais pobres e os capitalizados.

Quanto aos agentes promotores de orientação técnica, cabe um último apontamento. Os dados demonstram o poder das cooperativas junto a AF na Região Sul em termos de associação

e, além disso, a força das empresas integradoras na Região Sul também é um fator diferencial tendo em vista a intensa produção de aves, suínos e tabaco nos estados, produções altamente coordenadas verticalmente por essas empresas (WILKINSON, 2008). Além disso, vale mencionar que por ocasião do levantamento censitário, as chamadas públicas por projetos da ATER e a atuação da Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (ANATER) estavam em vigor, porém, com baixa capilaridade e efetividade prática.

Tabela 13 – Brasil e Região Sul: origem da orientação técnica nos estabelecimentos agropecuários e nos grupos da agricultura familiar e na agricultura não familiar.

Origem da orientação técnica (OT) recebida pelas unidades de produção													
BR e Sul	OT	Tipologia											
		Total (mil estab.)	%	ANF	%	AF	%	AF - B	%	AF - V	%	AF - NP	%
BR	A	5073,32	100,00	1175,92	23,18	3897,41	76,82	2732,79	53,87	1138,89	22,45	25,73	0,51
	B	1025,44	20,21	317,13	6,25	708,32	13,96	247,87	4,89	442,10	8,71	18,35	0,36
	C	388,08	7,65	80,91	1,59	307,17	6,05	150,33	2,96	152,81	3,01	4,03	0,08
	D	316,39	6,24	162,71	3,21	153,69	3,03	47,55	0,94	99,61	1,96	6,52	0,13
	E	251,52	4,96	69,23	1,36	182,30	3,59	31,87	0,63	142,72	2,81	7,70	0,15
	F	134,95	2,66	21,78	0,43	113,17	2,23	9,65	0,19	98,29	1,94	5,23	0,10
	G	28,30	0,56	9,77	0,19	18,53	0,37	2,58	0,05	15,13	0,30	0,82	0,02
	H	8,66	0,17	1,93	0,04	6,73	0,13	4,85	0,10	1,84	0,04	0,04	0,00
	I	7,68	0,15	2,45	0,05	5,23	0,10	2,09	0,04	3,03	0,06	0,11	0,00
	J	52,12	1,03	15,21	0,30	36,91	0,73	14,51	0,29	21,50	0,42	0,90	0,02
	K	4047,88	79,79	858,79	16,93	3189,09	62,86	2484,92	48,98	696,79	13,73	7,38	0,15
Sul	A	853,31	16,82	187,55	3,70	665,77	13,12	254,16	5,01	398,13	7,85	13,48	0,27
	B	414,65	8,17	89,25	1,76	325,40	6,41	50,62	1,00	262,95	5,18	11,82	0,23
	C	124,02	2,44	19,51	0,38	104,50	2,06	23,65	0,47	77,78	1,53	3,07	0,06
	D	98,05	1,93	37,39	0,74	60,66	1,20	12,57	0,25	44,84	0,88	3,25	0,06
	E	155,17	3,06	34,04	0,67	121,13	2,39	11,30	0,22	103,85	2,05	5,98	0,12
	F	110,16	2,17	11,40	0,22	98,76	1,95	5,68	0,11	88,67	1,75	4,41	0,09
	G	17,74	0,35	4,40	0,09	13,34	0,26	1,04	0,02	11,76	0,23	0,54	0,01
	H	0,85	0,02	0,19	0,00	0,66	0,01	0,13	0,00	0,51	0,01	0,02	0,00
	I	1,69	0,03	0,46	0,01	1,23	0,02	0,14	0,00	1,03	0,02	0,07	0,00
	J	15,09	0,30	3,00	0,06	12,08	0,24	1,91	0,04	9,71	0,19	0,46	0,01
	K	438,67	8,65	98,30	1,94	340,37	6,71	203,53	4,01	135,17	2,66	1,66	0,03

A = Total; B = Recebe; C = Governo; D = Própria; E = Cooperativa; F = Empresa integradora; G = Empresa privada; H = ONG; I = Sistema S; J = Outra; K = Não recebe.

Fonte: Censo Agropecuário 2017 (IBGE, 2019a).

A Tabela 14 demonstra que 76,63% dos estabelecimentos familiares brasileiros obtiveram acesso a financiamento e 24,87% desses se encontram na Região Sul, evidenciando que apenas uma região concentra quase ¼ dos acessos aos financiamentos da AF brasileira. A realidade brasileira não mostra uma diferença significativa entre os extratos de menor renda (36,89%) e renda variável (38,10%) no financiamento da AF. No entanto, na Região Sul, essa diferença é expressiva, dado que AF-V detém 21,09% do montante nacional, enquanto AF-B

apenas 2,66%. O RS se mostra como o estado mais intenso em termos de AFs com acesso a financiamento (11,52%), seguido do PR (7,62%) e SC (5,72%).

Tal panorama pode ser um indicativo da AF sulina se apresentar como mais mercantilizada do que a realidade nacional. Sabe-se que o acesso a políticas públicas que auxiliam o financiamento das atividades (PRONAF, por exemplo) se dá via agentes bancários, que exigem garantias específicas, para financiar especialmente grãos e *commodities*, por exemplo, soja e milho. Os dados que constituem tal painel vão no mesmo sentido dos resultados que indicam que o “enxugamento” diferenciado dos recursos do PRONAF, acaba afetando mais intensamente as atividades dos produtores menos capitalizados e as regiões Nordeste, Sudeste e Norte. Além disso, a cobertura do PRONAF também teve um importante decréscimo, alcançando apenas 8% dos estabelecimentos agropecuários familiares brasileiros. Nesse sentido, se intensificou a seletividade do crédito rural e a concentração ficou ainda mais forte (em termos de regiões, produtos e agricultores), justamente em um contexto socioeconômico de maior vulnerabilidade social e de dismantelamento de outras políticas públicas para AF (WESZ JÚNIOR, 2021).

Tabela 14 – Brasil e Região Sul: obtenção de financiamento por parte dos estabelecimentos agropecuários e nos grupos da agricultura familiar e na agricultura não familiar.

Número de estabelecimentos agropecuários que obtiveram financiamento (Unidades)												
BR, UFs e Sul	Tipologia											
	Total (mil estab)	%	ANF	%	AF	%	AF - B	%	AF - V	%	AF - NP	%
BR	784,54	100,00	183,35	23,37	601,19	76,63	289,42	36,89	298,95	38,10	12,83	1,64
Sul	246,21	31,38	51,13	6,52	195,08	24,87	20,88	2,66	165,48	21,09	8,72	1,11
PR	80,73	10,29	20,96	2,67	59,77	7,62	8,19	1,04	49,27	6,28	2,32	0,30
SC	53,06	6,76	8,15	1,04	44,91	5,72	4,07	0,52	38,78	4,94	2,06	0,26
RS	112,43	14,33	22,02	2,81	90,40	11,52	8,62	1,10	77,44	9,87	4,34	0,55

Fonte: Censo Agropecuário 2017 (IBGE, 2019a).

Dado o exposto, esta última seção demonstra um certo contraste entre a realidade sulina e a brasileira. A AF da Região Sul se mostra mais paritária em termos de associativismo na sua dinâmica interna, algo que pode ser um trunfo em termos de promoção do desenvolvimento regional. Em relação ao financiamento, os dados da Região Sul corroboram com outros estudos que demonstram uma AF dependente de recursos que estão cada vez mais concentrados nos grupos de maior faixa de renda. Por fim, embora a AF do Sul aja com mais ação coletiva do que em nível de Brasil, dentre seus grupos, os AFs mais pobres saem em prejuízo em relação aos seus coirmãos mais estruturados, tanto em termos de associarem-se, acessarem financiamentos e receberem ATER, o que endossa a tese das suas múltiplas carências produtivas e socioeconômicas.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste trabalho foi analisar indicadores da agricultura familiar (AF) no Censo Agropecuário 2017 na Região Sul, desenvolvendo uma comparação do ‘tamanho’ e perfil da mesma entre os três estados e entre os grupos dos agricultores familiares presentes nas estatísticas censitárias [grupos V (AF-V), B (AF-B) e não Pronafianos (AF-NP)].

Os resultados enfatizam que os estabelecimentos da AF sulina compõem 13,12% da AF nacional. O pessoal ocupado na AF do Sul perfaz 10,70% das pessoas que trabalham na AF em nível nacional. A AF do Sul possui apenas 3,27% das terras que estão nas mãos de AFs brasileiros e, gera, em torno de 9,51% dos VBP da AF nacional. Possui um perfil que se aproxima da tendência de concentrar idades mais avançadas dos agricultores e com baixa escolaridade (mesmo com a Região detendo expressiva concentração de uma população nos extratos mais altos de escolaridade), além de uma AF altamente masculinizada, e ao contrário do observado para o Brasil, a Região tem uma AF com dirigentes dos estabelecimentos agropecuários predominantemente de cor branca.

A AF sulina possui maiores valores de produção e que acessam os mercados (do que de autoconsumo) e apresenta um perfil mais mercantilizado em relação a nacional, dadas as finalidades de sua produção (grãos, commodities, leite, uso do crédito, etc.). A realidade de ser mais alinhada aos mercados agropecuários se evidencia ao se analisar os dados quanto a associação dos estabelecimentos, origem da orientação técnica recebida e captação de financiamento para as atividades produtivas, demonstrando um certo contraste entre a realidade sulina e a brasileira, haja vista que a AF da Região Sul é mais ávida em seus processos de desenvolvimento regional destes elementos analisados. Enquanto no Brasil, predominam as empresas governamentais fornecedoras de ATER, na Região Sul esse protagonismo é dividido com cooperativas e empresas integradoras. Esse panorama indica uma AF mais dependente dos mercados sejam eles produtivos, financeiros, de integração agroindustrial ou de ATER, para operacionalizar seus processos de reprodução social. Além disso, a AF da Região Sul se apresenta como mais intensa em práticas agrícolas conservacionistas do que a realidade nacional, sugerindo ser mais sustentável em seus processos de desenvolvimento regional, o que é um trunfo em termos de atingir a consecução dos ODS.

Nos indicadores analisados neste trabalho, os que conformam as “grandes variáveis” e o perfil dos agricultores, não há diferenças significativas entre os três estados sulinos. No conjunto de indicadores que conformaram os valores e finalidades da produção e práticas agrícolas, o RS se mostrou mais intenso em práticas agrícolas e, dentre os indicadores que conformam o conjunto de cooperação e políticas públicas de ATER e financiamento da AF, o RS também se destaca no quesito de acesso a financiamentos.

Na comparação entre os grupos internos que conformam a AF, o grupo de maior faixa de renda (AF-V) se mostra mais presente nos indicadores que conformam as “grandes variáveis”, valores e finalidades da produção e práticas agrícolas, bem como no que diz respeito à cooperação e acesso as políticas públicas de ATER e financiamentos. Existe uma semelhança entre AF-B e AF-V nos indicadores do perfil dos agricultores, porém, apresentando o grupo de maior faixa de renda uma ligeira superioridade em termos de escolaridade. De maneira geral, o grupo B apresenta indicadores de desenvolvimento regional mais vulneráveis do que os seus

coirmãos familiares, o que se coloca como uma questão importante, especialmente ao Estado e as políticas públicas, já que este público não pode permanecer nesta situação desalentadora, bem como não deve ser somente foco de políticas de transferência de renda ou sociais. É necessário políticas de desenvolvimento rural e regional multifacetadas para ampliar suas liberdades, ativos e capacitações, como estratégia de saída da pobreza rural que se encontram.

Isso posto, esta pesquisa reforça a potencialidade da análise dos dados censitários para compreender realidades e processos de desenvolvimento das regiões. Para além da análise regional, e como possibilidades futuras, a construção comparativa entre regiões brasileiras ou o desmembramento das análises nos e entre estados se apresentam como agenda promissora de pesquisa e de evidenciar tendências e importâncias da agricultura familiar. Ainda, o aprofundamento das análises sobre grupos sociais específicos dentro da AF se mostra relevante, como seria o caso de compreender melhor as vulnerabilidades sociais dos AF mais pobres.

AGRADECIMENTOS

O primeiro autor deste trabalho agradece ao Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul pelo fomento de licença qualificação para doutoramento.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. 3 ed. Edusp. São Paulo, 2012.

ABRAMOVAY, R. Agricultura familiar e desenvolvimento territorial. **Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária**, v. 28, n. 1,2 3 e 29, n. 1, jan/dez. 1998 e jan/ago 1999.

ABRAMOVAY, R. Agricultura familiar e uso do solo. **São Paulo em Perspectiva**, v. 11, n. 2, p. 73-78, abr./jun. 1997.

ABRAMOVAY, R. O capital social dos territórios: repensando o desenvolvimento rural. **Economia Aplicada**. v. 4, n. 2, p. 379-397, abr./jun. 2000.

ANJOS, F. S.; CALDAS, N. V. A horta agonizante: mercantilização da agricultura e transformações nas práticas de autoconsumo entre famílias rurais do extremo sul gaúcho. **Pensamento Plural**. Pelotas, n. 5, p. 151 - 169, jul./dez. 2009.

AQUINO, J. R.; GAZOLLA, M.; SCHNEIDER, S. Dualismo no campo e desigualdades internas na agricultura familiar brasileira. **RESR**, Piracicaba-SP, v. 56, n. 01, p. 123-142, jan./mar. 2018.

AQUINO, J. R.; GAZOLLA, M.; SCHNEIDER, S. Um retrato do lado pobre da agricultura familiar no Estado do Rio Grande do Sul. **Redes** (St. Cruz Sul), v. 21, n. 3, p. 66 - 92, set./dez. 2016.

BOSCARDIN, M.; SPANEVELLO, R. M. Dinâmica demográfica da população rural: um estudo de caso na microrregião e município de Frederico Westphalen/RS. **Extensão Rural**, DEAER – CCR – UFSM, Santa Maria, v. 25, n. 2, p. 73 – 91, abr./jun. 2018.

BRASIL. **Decreto nº 9.064, de 31 de maio de 2017**. Dispõe sobre a Unidade Familiar de Produção Agrária, institui o Cadastro Nacional da Agricultura Familiar e regulamenta a Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, que estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e empreendimentos familiares rurais. Brasília, 2017. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/decreto/d9064.htm Acessado em: 13 mar. 2021.

CAMARANO, A. A.; ABRAMOVAY, R. **Êxodo rural, envelhecimento e masculinização no Brasil: panorama dos últimos 50 anos**. TD N° 621. Rio de Janeiro: IPEA, 1999.

CASTRO, C. N. Desafios da agricultura familiar: o caso da assistência técnica e extensão rural. IPEA. Rio de Janeiro – RJ. **Boletim regional, urbano e ambiental**, n. 12, jul./dez. 2015.

COSTA, C.; FROEHLICH, J. M. Políticas públicas e masculinização rural no Rio Grande do Sul - uma abordagem a partir das condições regionais. **Campo-Território: revista de geografia agrária**, v. 9, n. 17, p. 27-54, mar., 2014

DORIGON, C. et. al. A produção de alimentos para o autoconsumo em famílias da Região Oeste do Estado de Santa Catarina. **Redes** (St. Cruz Sul), v. 25, Ed. Esp. 2, p. 2060 - 2085, 2020.

EUSÉBIO, G. S.; MAIA, A. G.; SILVEIRA, R. L. F. Crédito rural e impacto sobre o valor da produção agropecuária: uma análise para agricultores não familiares. **Gestão & Regionalidade**, v. 36, n. 108, maio/ago. 2020.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION (FAO); INTERNATIONAL FUND FOR AGRICULTURAL DEVELOPMENT (IFAD). **United Nations decade of family farming 2019-2028: the future of family farming in the context of the 2030 Agenda**. Rome, 2019.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION (FAO). **Deep roots**. FAO. UK, 2014.

GRISA, C.; SCHNEIDER, S. Brasil: duas décadas de políticas públicas para la agricultura familiar. In: SABOURIN, E.; SAMPER, M.; SOTOMAYOR, O. (Eds.). **Políticas públicas y agriculturas familiares en América Latina y el Caribe: nuevas perspectivas**. IICA. San José: C.R.: IICA, 2015.

GRISA, C.; SCHNEIDER, S.; CONTERATO, M. **A produção para autoconsumo no Brasil: uma análise a partir do Censo Agropecuário 2006**. Relatório de pesquisa. Rio de Janeiro: IPEA, 2013.

GUILHOTO, J. J. M. et al. **A importância da agricultura familiar no Brasil e em seus Estados**. Brasília, DF: NEAD - Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural - Ministério do Desenvolvimento Agrário., 2007.

GUILHOTO, J. J. M.; AZZONI, C. R.; ICHIHARA, S. M. Contribuição da agricultura e do agronegócio familiar para o PIB do nordeste. **Rev. Econ. NE**, Fortaleza, v. 45, p. 136-152, 2014.

HOFFMANN, R. A distribuição da posse da terra no Brasil, com resultados preliminares para 2017. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL – SOBER; 57. 2019. Ilhéus, BA. **Anais [...]**. Ilhéus, BA, 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Agro 2017**: retratando a realidade do Brasil agrário. Apresentação resumo. Rio de Janeiro: IBGE, 2019c. Disponível em: https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/media/com_mediaibge/arquivos/d37d30efd337a9b66852d60148695df1.pdf Acesso em 11 mar. 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Sistema da Recuperação Automática de Dados (SIDRA). **Censo Agropecuário 2017**. Brasília: IBGE, 2019a. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-agropecuario/censo-agropecuario-2017> . Acesso em: 13 out. 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Agropecuário 2017**. Brasília: IBGE, 2017. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/agricultura-e-pecuaria/21814-2017-censo-agropecuario.html?=&t=o-que-e> Acessado em 23 nov. 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo agropecuário 2017**: resultados definitivos. Rio de Janeiro, v. 8, p.1-105, 2019b.

LOWDER, S. K.; SÁNCHEZ, M. V.; BERTINI, R. Which farms feed the world and has farmland become more concentrated? **World Development**. 142. ed. C, n. S0305750X2100067X, 2021.

LOWDER, S. K.; SKOET, J.; RANEY, T. The number, size, and distribution of farms, smallholder farms, and family farms worldwide. **FAO - World Development**, v. 87, p. 16-29, 2016.

PAULA JUNIOR, A. Escolaridade nas zonas rurais da região Sul. **Espaço e Economia**, n. 16, 2019. Disponível em: <http://journals.openedition.org/espacoeconomia/9900>. Acesso em: 10 jan. 2020.

PEREIRA SILVA, S. **A agricultura familiar e suas múltiplas interações com o território**: uma análise de suas características multifuncionais e pluriativas. (Texto para discussão). – Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), abr. 2015.

PLOEG, J. D. V. D. Ten qualities of family farming. **Farming Matters**, n. 29, p. 8–11. 2013. Disponível em <https://edepot.wur.nl/289501> Acesso em: 8 jan. 2014.

PLOEG, J. D. V. D. **The importance of peasant agriculture: a neglected truth.** Wageningen University & Research: Wageningen, The Netherlands, 2016.

PLOEG, J. D. V. D. **Camponeses e impérios alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização.** Tradução de Rita Pereira. Ed. UFRGS. Porto Alegre, 2008.

RAMBO, J. R.; TARSITANO, M. A. A.; LAFORGA, G. Agricultura familiar no Brasil, conceito em construção: trajetória de lutas, história pujante. **Revista de Ciências Agroambientais**, v.14, n. 1, p. 86-96, 2016.

SABOURIN, E. et al. Análisis transversal de las políticas sobre agricultura familiar en América Latina. In: SABOURIN, E.; SAMPER, M.; SOTOMAYOR, O. (Eds.). **Políticas públicas y agriculturas familiares en América Latina y el Caribe: nuevas perspectivas.** San José: C.R.: IICA, 2015.

SCHNEIDER, S. **A pluriatividade na agricultura familiar.** 2.ed. Porto Alegre: RS Ed. UFRGS, 2003.

SCHNEIDER, S. A presença e as potencialidades da agricultura familiar na América Latina e no Caribe. **Redes**, Santa Cruz do Sul, RS, v. 21, n. 3, p. 11-33, set./dez., 2016.

SCHNEIDER, S.; GAZOLLA, M. Cadeias curtas e redes agroalimentares alternativas. In: GAZOLLA, M.; SCHNEIDER, S. **Cadeias curtas e redes agroalimentares alternativas: negócios e mercados da agricultura familiar.** Porto Alegre, RS: Ed. UFRGS., 2017.

SCHNEIDER, S.; MARQUES, F. C.; CONTERATO, M. Introdução. In: MARQUES, F. C.; CONTERATO, M.; SCHNEIDER, S. **Construção de mercados e agricultura familiar: desafios para o desenvolvimento rural.** Porto Alegre, RS: Ed. UFRGS., 2016.

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade.** Tradução de Laura Teixeira Motta. São Paulo: Cia da Letras, 2010.

SILVA, A.; GAZOLLA, M. Agroindústrias rurais e o desenvolvimento regional: uma análise comparativa entre os estados da Região Sul do Brasil. **COLÓQUIO: Revista do Desenvolvimento Regional – Faccat, Taquara, RS**, v. 18, n. 4, out./dez. 2021.

STAKE, R. E. **Pesquisa qualitativa: estudando como as coisas funcionam.** tradução: Karla Reis. Porto Alegre: Penso, 2011.

STOFFEL, J. Agricultura familiar nos Estados da Região Sul do Brasil: caracterização a partir dos dados do censo agropecuário de 2006. In: ENCONTRO DE ECONOMIA GAÚCHA; 6. 2012. Porto Alegre. **Anais [...].** Porto Alegre, 2012.

SWAIN, T. N. Fronteiras do Paraná: da colonização à migração. In: AUBERTIN, C. **Fronteiras.** Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1988.

UNDP. **United Nations Development Programme.** Disponível em: <https://www.undp.org/>. Acesso em: 15 jul. 2021.

VALADARES, A. A. *et. al.* **Agricultura familiar e abastecimento alimentar no contexto do Covid-19**: uma abordagem das ações públicas emergenciais. Nota Técnica. Brasília: IPEA, abr. 2020.

WANDERLEY, M. N. B. O campesinato brasileiro: uma história de resistência. **RESR**, Piracicaba, SP, v. 52, Supl. 1, p. S025-S044, 2014.

WESZ JÚNIOR, V. J. O PRONAF pós-2014: intensificando a sua seletividade? **Grifos**. Chapecó, SC. v. 30 n. 51, 2021: Dossiê PRONAF 25 anos: Histórico, transformações e tendências, jan./abr. 2021.

WILKINSON, J. **Mercados, redes e valores**: o novo mundo da agricultura familiar. Porto Alegre: Ed. UFRGS/PGDR, 2008.

ZANELLA, L. C. H. **Metodologia de pesquisa**. 2. ed. reimp. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração da UFSC, 2013.